

PRODUTORES FLORESTAIS



THE
NAVIGATOR
COMPANY

Nº 17 abril 2025 www.produtorestlorestais.pt

 [produtorestlorestais.navigator](https://www.facebook.com/produtorestlorestais.navigator)

 [produtorestlorestais](https://www.instagram.com/produtorestlorestais)

 [Produtorestlorestais](https://www.youtube.com/Produtorestlorestais)



COMPROMISSO COM A SEGURANÇA

Da formação às novas tecnologias,
descubra como a segurança está a
evoluir para proteger trabalhadores,
operações e o futuro do setor florestal.

OFERTA | 2º Fascículo do Guia Prático da Propriedade Rústica

ÍNDICE

Exploração florestal: formação e tecnologia ajudam a uma maior segurança.

págs. 4 a 9

Estratégias para minimizar riscos no transporte de madeira. Reportagem com Madeicampo.

págs. 10 a 18

Consultório Técnico - Segurança na aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

págs. 19 a 22

Primeiros socorros na floresta: o que é necessário para estar preparado para emergências.

págs. 23 a 25

O papel da certificação na promoção de práticas seguras no setor florestal.

págs. 26 e 27

Avaliação de riscos é o primeiro passo para garantir a segurança dos trabalhadores e a sustentabilidade das operações.

págs. 28 e 29

Os seguros imprescindíveis para proteger a atividade florestal.

págs. 30 e 31

Dossier Técnico - Generiparts: segurança dos equipamentos de exploração florestal.

págs. 32 e 33

Notícias - Soluções inovadoras para inventário florestal.

págs. 34 e 35

Finanças & Fiscalidade - Oportunidades de financiamento para reforçar a proteção do território nacional e promover a sustentabilidade ambiental.

págs. 36 e 37

Consultório Jurídico - Formação obrigatória para a utilização de produtos fitofarmacêuticos.

pág. 38

Três perguntas a André Valente Martins, presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

pág. 39



A segurança é um dos maiores desafios do trabalho florestal, que exige rigor e prevenção em todas as fases, da exploração ao transporte.

FORMAÇÃO E TECNOLOGIA SÃO RESPOSTA PARA UMA MAIOR SEGURANÇA NA FLORESTA

Um pouco por todo o mundo, a segurança ainda é o calcanhar de Aquiles das operações florestais. Atentos ao problema, os vários intervenientes no setor têm vindo a apostar na formação e na modernização dos equipamentos como forma de diminuir a sinistralidade.

Realizado ao longo de todo o ano, ao ar livre e sob condições físicas e meteorológicas muitas vezes desafiantes, o trabalho florestal continua a ser, a nível global, um dos setores de maior risco. Os dados revelados pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) em 2018 davam conta de que a taxa

de acidentes florestais é a mais elevada entre todos os setores de atividade. Para os especialistas, a formação e capacitação dos trabalhadores, aliadas à modernização dos equipamentos, são fatores essenciais para inverter este cenário – um desafio que tem mobilizado os diversos intervenientes do setor nos últimos anos.

A diversidade e multiplicidade de tarefas, a enorme necessidade de utilização de máquinas e equipamentos, a dispersão geográfica dos locais de trabalho e a falta de informação ou formação adequada dos trabalhadores são alguns dos fatores que caracterizam o trabalho florestal e que contribuem para a sua elevada sinistralidade. Embora em Portugal as estatísticas específicas sobre sinistralidade no setor florestal sejam limitadas e frequentemente agregadas a outras atividades, como a agricultura e a pesca, algumas análises ajudam a enquadrar esta realidade. Uma dessas fontes é a tese de doutoramento de Carlos Montemor, atual diretor do Centro Local de Portimão da Autoridade para as Condições do

Trabalho (ACT), que analisou a sinistralidade laboral na agricultura, pecuária e floresta em Portugal. Segundo esta investigação, 89% dos produtores tinha apenas formação prática. 14% frequentou cursos de formação profissional relacionados com a atividade, enquanto a formação superior na área das ciências agroflorestais abrangia apenas 1,4% dos produtores.

Estes números estão em linha com as conclusões do Relatório de Avaliação de Risco em Operações Florestais, publicado em 2022 pela ABASTENA, sociedade madeireira da região de Coimbra. O estudo identifica a fadiga, a falta de formação e informação, e o excesso de confiança como as principais causas de acidentes no setor, reforçando a necessidade de mais investimento na capacitação dos trabalhadores e na promoção de boas práticas de segurança.

Os dados revelados pela FAO, em 2018, davam conta de que a taxa de acidentes florestais é a mais elevada entre todos os setores de atividade.

“Ao longo de todo o ano temos várias atividades a decorrer ao mesmo tempo, desde a instalação à exploração, passando pela manutenção de povoamentos. A exceção são algumas épocas do ano, como alguns períodos do verão – em que a legislação proíbe operações com máquinas em dias de perigo muito elevado e máximo de incêndio florestal – ou do inverno, quando o excesso de água no solo condiciona algumas operações com máquinas mais pesadas, porque pode pôr em causa a segurança na operacionalidade das mesmas”, explica Célio Duarte, técnico florestal da The Navigator Company.

Neste contexto, os fatores de risco são diversos – dos fatores físicos, decorrentes de elementos como o declive e natureza dos terrenos, à orografia ou fenómenos meteorológicos, até ao uso de químicos, passando pelos riscos mecânicos. O reviramento de tratores e máquinas, as quedas, o enrolamento por elementos móveis da máquina e equipamentos de trabalho, os cortes, ferimentos provocados pela projeção de partículas e fragmentos, e a intoxicação por produtos químicos estão entre os acidentes que afetam os trabalhadores florestais.

Relativamente aos acidentes, e às estatísticas existentes, Célio Duarte alerta para a necessidade de interpretar os dados, que refletem duas realidades distintas: floresta e agricultura. “Podem sempre acontecer acidentes com máquinas nas operações florestais. Seja nas máquinas pesadas, em que, por exemplo, pode haver um tombamento devido ▶

SEGURANÇA NAS OPERAÇÕES FLORESTAIS

à inclinação dos terrenos, seja nas máquinas ou equipamentos ligeiros, como o trabalho com motosserras ou motorroçadoras, em que qualquer objeto projetado, ou uma corrente que sai fora do sítio, pode provocar danos”, diz. No entanto, alerta que a maior parte dos acidentes mortais que se têm registado com tratores, “ocorrem essencialmente na agricultura”, uma vez que “parte destes acidentes são provocados pela ausência do arco de Santo António e máquinas e tratores antigos não cabinados”, explica o técnico florestal. Além do mais, continua, tem havido alguma renovação gradual dos equipamentos florestais, que vêm equipados com as mais recentes medidas de segurança.

Formar para uma maior segurança

O trabalho realizado nos últimos anos revelou que há uma subnotificação dos acidentes e que existe ainda muita desinformação em relação ao risco e às regras que o podem minimizar. A falta de formação e o seu impacto na segurança é, aliás, uma das áreas a que as diferentes empresas do setor têm vindo a prestar atenção. É o caso da The Navigator Company, que, desde 2018, desenvolve um programa de formação *on the job*, no continente e na Região Autónoma da Madeira, que passa pela formação no local de trabalho, sensibilização dos *stakeholders* e sessões de esclarecimento públicas. “Em todas as atividades, desde a instalação, passando pela manutenção e a exploração, e toda a parte dos transportes, é dada formação específica”,



▲ Célio Duarte, técnico florestal da The Navigator Company

explica Célio Duarte. Se na fase da instalação, em que a preparação do terreno é feita com máquinas pesadas, a formação incide sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual e também dos diversos equipamentos, nos trabalhos mais manuais, por exemplo nas plantações, a formação é mais direcionada para o manuseio e uso correto



▲ Ricardo Dias, gestor de negócio da Moviter

dos equipamentos de proteção. Na manutenção e exploração, volta a centrar-se quer no uso dos EPI quer no bom uso dos equipamentos, explica o técnico da Navigator. Para Célio Duarte, é evidente a cada vez maior consciencialização dos trabalhadores para as questões da segurança. “A formação não é só

ministrada dentro da empresa. Também é levada para o exterior, para os nossos parceiros. E nota-se cada vez mais adesão por parte dos operadores”, explica. “Por vezes, quando um prestador de serviços entra, a primeira reação é dizer que já tiveram aquela formação – mas nunca é demais refrescar todos estes conhecimentos e mitigar os fatores que podem levar à ocorrência de acidentes”, defende o técnico florestal, que aponta ainda a escolha de prestadores de serviços “com equipamentos cada vez mais seguros e avançados”, como outra das práticas da empresa. “De cada vez que entra um prestador de serviços novo ou até mesmo um novo operador, é dada formação *on the job* antes do início de cada operação”, explica Célio Duarte, para quem os esforços feitos pelos vários intervenientes do setor têm produzido resultados.

Equipamentos mais seguros

A formação também é apontada como um dos elementos essenciais à segurança por Ricardo Dias, gestor de negócio da Moviter. “Com o aparecimento de novas tecnologias e novos equipamentos, os trabalhadores mais antigos têm a técnica, mas não conhecem as novas conceções dos equipamentos”, explica. Assim, as formações promovidas pela Moviter têm o duplo objetivo de reciclar e atualizar os conhecimentos dos operadores mais experientes e angariar “sangue novo” para o mercado florestal, explica Ricardo Dias, que considera importante haver sessões de reciclagem anuais ou bianuais. ▶





A formação dos intervenientes e a modernização dos equipamentos são fatores essenciais na segurança das operações florestais.

“Hoje, as tecnologias aparecem em catadupa. Cada vez mais a parte digital está presente nos equipamentos e as pessoas mais antigas podem ter aqui alguma resistência ou acharem que não estão capacitadas. Mas não é nenhum bicho-de-sete-cabeças e é muito menos complicado para quem já tem muitos anos de trabalho”, garante. “Nos últimos anos tivemos uma grande evolução, quer em termos de desenvolvimento dos equipamentos, quer no trabalho no terreno”, concorda Célio Duarte. A realidade é hoje totalmente diferente da vivida há poucas décadas, “com maquinaria mais capaz e com melhores condições ergonómicas para os operadores”, diz. Outros equipamentos, como as motosserras,

tornaram-se mais confortáveis, com uma redução de peso e dos níveis de ruído e vibração. “Foram desenvolvidos pequenos componentes internos da motosserra que fazem com que tanto o ruído como as vibrações sejam inferiores e provoquem menos dano ao operador”, explica Célio, que lembra ainda os avanços sentidos ao nível dos equipamentos de proteção individual (EPI), quer em eficácia, quer em conforto. “Cada vez mais os auriculares garantem um abafamento total do ruído, e nas perneiras ou as calças anti-corte também houve uma evolução muito grande”, garante. Ao nível das cabines das máquinas de corte e recheira tem havido evoluções, com cabines rotativas e auto-niveladas, que permitem ao operador manter uma postura ergonómica, independentemente do terreno, um design que garante melhor visibilidade traseira (importante para evitar acidentes durante as operações), e um melhor isolamento sonoro. “Tem-se apostado muito no conforto das cabines, na visibilidade e na importância de ter cabines rotativas, niveladas, para

que não cause impacto no operador, para que ele não sinta muito o balançar da máquina e se sinta menos cansado no final do dia de trabalho”, explica Ricardo Dias.

A precisão e segurança trazidas pela era digital

Tudo isto só foi possível graças à evolução tecnológica dos equipamentos, cada vez mais digitalizados, com recurso a tecnologias de IoT (Internet das Coisas) e ferramentas de sensorização, que desempenham um papel cada vez mais importante na prevenção de acidentes. Célio Duarte dá como exemplo o sistema de travagem de tratores e *forwarders*. “No passado, o travão era manual. Hoje, qualquer um desses equipamentos pesados tem bloqueios. O que significa que se o equipamento ‘vê’ que está em insegurança, bloqueia, o que evita que siga por uma ribanceira ou um talude abaixo”, exemplifica. A cada vez maior sensorização também permite que as atuais máquinas de corte e recheira sejam mais precisas, mais confortáveis e mais seguras. Ricardo Dias aponta a Timber Matic Maps, ferramenta criada pela marca John Deere, como um bom exemplo. “Imagine que um produtor florestal compra um terreno num determinado sítio. No escritório, vai marcar as coordenadas no Google Maps e envia o ficheiro para a máquina, que, no terreno, não só não vai permitir ao operador cortar fora desses limites, como vai assinalar todos os pontos de risco existentes no terreno: declives, linhas de alta tensão, linhas de água, etc.”, explica. À medida que corta, a máquina gera informação sobre a localização e a cubicagem da madeira

O avanço da tecnologia digital levou ao desenvolvimento de soluções inteligentes para melhorar a segurança.

cortada, que é automaticamente passada à máquina de recheira. “As máquinas estão ligadas digitalmente e fazem a monitorização em simultâneo. Quando a máquina de recheira vem, sabe os pontos onde tem de recolher a madeira e as medidas que tem de recolher”, refere Ricardo Dias, para quem estas ferramentas têm vantagens não só ao nível da gestão como do próprio conforto do operador, minimizando o desgaste e o cansaço.

O avanço da tecnologia digital levou ao desenvolvimento de soluções inteligentes, como é o caso do controlo inteligente da lança. Nas máquinas antigas, eram necessários vários movimentos para rodar e estender a grua que irá recolher a madeira, mas com esta nova tecnologia, estes passos são quase automáticos. “O operador vai dar um primeiro sinal da primeira vez que roda a lança, vai esticá-la e vai dizer que é ali que está o monte, e a partir daquela primeira vez ele clica num botão e a máquina já sabe o movimento que tem de fazer. Não vai haver esticões de grua, poupa a máquina e o operador, faz tudo de forma muito mais suave e a um ritmo certo”, congratula-se Ricardo Dias. Além do mais, como a ferramenta também permite prevenir a super-rotação do cabeçote, evita que a lança faça movimentos perigosos em direção à cabine. Um sistema que funciona de forma em tudo semelhante nas máquinas de corte: “Faz o movimento suave e não lança a cabeça da máquina contra a árvore, não lhe dá esticões. Poupa a máquina e o operador, que sempre que há impactos nas árvores ou na máquina os sente na cabine”, acrescenta o responsável da Moviter. **PF**



NOVA AÇÃO DE FORMAÇÃO EM MAIO

É já no próximo mês de maio que a Moviter, em parceria com a Biond, promove mais uma ação de formação com enfoque na segurança das operações florestais. Como explica Ricardo Dias, durante a semana de 5 a 9 de maio, os 12 formandos – oito alunos da Escola Profissional de Runa e quatro operadores que fazem a reciclagem da sua formação – vão receber noções teóricas sobre segurança e boas práticas para trabalhar com máquinas de corte e recheira. A isto, juntam-se alguns conhecimentos práticos como a manutenção diária, a forma correta de entrar na máquina e testes em simuladores, que preparam os formandos para a fase prática da formação, que terá lugar de 19 a 24 de maio, na zona Oeste.

RESPEITAR AS NORMAS E ESQUECER A PRESSÃO

Carregar, transportar e descarregar dezenas de toneladas de rolaria em cada viagem exige precisão, responsabilidade e, acima de tudo, segurança. Estas operações envolvem riscos significativos, tornando fundamental o cumprimento rigoroso de normas e boas práticas. Evitar o facilitismo e resistir à pressão são os maiores desafios para quem tem como objetivo fazer do transporte de madeira uma atividade cada vez mais segura.

Raúl Sousa, 54 anos, calça as luvas e coloca o capacete, ainda antes de sair da cabine. Está prestes a iniciar uma descarga de mais de 28 toneladas de rolaria de eucalipto, com a ajuda da grua incorporada no camião que conduz. Num dia normal, costuma fazer duas cargas e respetivas descargas durante a manhã, e outras duas da parte da tarde. Ao seu trabalho, juntam-se os quilómetros que percorre ao volante, na estrada, umas vezes com o camião carregado, e outras já sem carga. Os procedimentos de segurança estão bem assimilados e fazem parte da sua rotina. A utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em

▼ O nível máximo da carga nunca pode ultrapassar a altura dos fueiros e do painel da cabine.



bom estado – que incluem luvas, capacete, colete refletor, calças de proteção, botas com biqueira de aço e, sempre que necessário, óculos – é apenas um dos aspetos que não pode descuidar.

Retirar as cintas que amarram a carga é o primeiro passo para descarregar a rolaria. Mas só pode fazê-lo nos locais destinados ao efeito, dentro dos parques de madeiras. Depois, é preciso instalar os dois estabilizadores laterais, na parte traseira do camião – estes garantem a estabilidade do veículo durante a operação. Ao subir para o assento da grua, que fica a cerca de três metros do chão, um aviso laranja, colocado estrategicamente à frente dos seus olhos, relembra-o da regra dos três pontos de apoio: a qualquer momento, três dos quatro membros (as duas mãos e os dois pés) devem estar em contacto com uma superfície estável.

Já sentado, e antes de começar a descarregar, assegura-se de que não há ninguém próximo do veículo – a distância de segurança é, no mínimo, de dez metros. Mas quando a descarga é realizada com a grua do próprio camião, como é o caso, deve corresponder ao dobro do comprimento da lança desse equipamento. Vinte metros é a indicação bem visível no longo “braço” que já está a retirar os toros de madeira de eucalipto do atrelado.

Tal como todos os motoristas que se dedicam a esta atividade, Raúl Sousa assume a responsabilidade pela segurança das cargas durante o seu transporte – mesmo que tenha sido o tratorista a carregar o camião. Sabe que não pode deixar que o nível máximo da carga ultrapasse a altura dos fueiros (estacas que suportam a madeira nas laterais do camião). E sabe que tem de amarrar a rolaria, com cintas em bom estado, de forma a que nenhum toro possa soltar-se durante o trajeto.

A cintagem e a descintagem fazem parte das suas funções e são momentos críticos para garantir a segurança de toda a operação. Cada estiva (pilha de madeira) foi bem amarrada por si, ainda na mata. E antes de entrar na estrada, saiu da cabine para reajustar todas as amarras. Este passo é necessário, visto que a madeira “acama” devido à trepidação nos acessos de terra, fazendo abrandar a pressão necessária a uma amarração segura.

Depois de descarregada toda a madeira, o motorista retira o camião para a zona destinada à limpeza. Nesse local, varre cuidadosamente a superfície do atrelado, para que não reste nenhum resíduo que possa ser projetado durante a próxima viagem. Todos estes cuidados, que fazem hoje parte da sua rotina, não existiam quando começou, há 32 anos, a trabalhar para a Madeicampo.

A empresa, sediada em Valongo, emprega 33 funcionários e tem uma longa história, com início nos anos 70 do século passado. Fundada por Fernando Cruz – que aos 14 anos já estava coletado e a trabalhar na floresta –, foi crescendo de forma sustentada, sobretudo na área da exploração



▲ Fernando Cruz foi o fundador, nos anos 70 do século passado, da empresa que mais tarde deu origem à Madeicampo.

florestal. Hoje, aos 69 anos, o fundador encontra-se reformado, sendo a gestão assegurada pelo filho, Joaquim Fernando Cruz.

Da “segurança zero” à segurança como prioridade

Se no que diz respeito à produtividade e eficiência, a exploração florestal mudou radicalmente nas últimas décadas, no que diz respeito às condições de segurança, a evolução não foi menor. “Corta-se

“Quando comecei, aos 14 anos, não havia qualquer equipamento destinado a tornar a atividade mais segura, nem preocupação com essa matéria. Durante muitos anos, foi assim.”

hoje mais madeira num só dia do que se cortava, antigamente, num mês inteiro”, garante Fernando Cruz. “Quanto às condições, quando comecei não ▶

O PAPEL DA NAVIGATOR NA PROMOÇÃO DAS PRÁTICAS MAIS SEGURAS

Nos parques de madeiras da The Navigator Company, todos os profissionais conhecem e procuram fazer cumprir as regras amplamente divulgadas pela empresa. Mas esta é uma batalha diária. “Quando se trata de prestadores de serviços, é mais fácil fazer com que as regras e as boas práticas no transporte de madeiras sejam cumpridas”, afirma Luísa Barradas, Coordenadora de Segurança da Direção de Abastecimento de Madeiras da Navigator. “Temos técnicos nas matas que procuram assegurar que as operações se processam em segurança. Com os fornecedores, isso torna-se mais difícil. Por vezes, só temos contacto com a carga quando ela entra no parque ou na fábrica”, explica. Nessa altura, são verificados o nível da carga e as amarrações: “Se

não estiverem em condições”, conta a responsável, “alertamos sempre o motorista, tentando sensibilizá-lo para a necessidade de cumprir as normas”. Até pode acontecer que a carga não seja aceite, tal como está, mas Luísa Barradas assegura que se procura sempre “fomentar as boas práticas pela sensibilização, e não recusando cargas”.

Além desta abordagem personalizada e quotidiana, a Navigator promove a distribuição de folhetos, nos quais as normas são detalhadas de forma simples e acessível. “E, sempre que há alguma mudança ou adoção de uma nova prática, investimos em campanhas específicas para fomentar a sua aplicação”, conta.

O motorista Raúl Sousa procede à descintagem da carga no local do parque de madeiras próprio para o efeito.



havia qualquer equipamento destinado a tornar a atividade mais segura, nem preocupação com essa matéria. Durante muitos anos, foi assim. Íamos para a mata com a roupa que tínhamos no corpo, uma corda, um machado e uma motosserra. Nada mais. E arriscávamos muito”, recorda.



▲ Joaquim Fernando Cruz, sócio-gerente da Madeicampo.

“Prefiro que os meus trabalhadores gastem mais dez minutos para que uma tarefa seja feita em segurança do que saber que a terminam mais rápido, mas arriscando e abrindo a porta ao acidente.”



▲ Teresa Pinto, Engenheira Agrónoma e Técnica Superior de Segurança no Trabalho, da Madeicampo.

“O excesso de confiança é um dos maiores inimigos da segurança.”

Estas memórias não são propriamente partilhadas com orgulho. “A evolução nesta área tem sido enorme e muito benéfica”, considera. E não é só no que diz respeito à prevenção de acidentes. “Os equipamentos atuais oferecem mais segurança, mas também vieram facilitar o trabalho. Não sendo tão duro, nem tão pesado, há menos lesões e doenças”, acrescenta.

Quase todas as normas de segurança que, hoje, a Madeicampo procura fazer cumprir, foram implementadas durante a gestão de Joaquim Fernando Cruz, a partir de 2000. “Quando comecei a trabalhar, no final dos anos 90, a segurança na atividade florestal era zero. Nem se usavam EPI. Atualmente, é uma atividade mais profissionalizada e segura, e o transporte de madeira não é exceção”, garante. ▶



▲ A utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em bom estado é apenas um dos muitos aspetos relacionados com a segurança que não podem ser descurados no transporte de madeira.

A segurança passou a ser uma prioridade na Madeicampo. E com a entrada de Teresa Pinto, em 2015, a atenção dedicada a esta área tornou-se ainda maior. A engenheira agrónoma, que assegura todas as questões relacionadas com a certificação da empresa, assumiu para si, de forma natural, também as exigências de segurança. “Propus-lhe, então, que fizesse a formação de Técnica Superior de Segurança no Trabalho, mais um passo para que a Madeicampo possa oferecer e promover as melhores condições e práticas”, conta Joaquim Fernando Cruz.

Responder aos vazios da lei

Cumprir o que prevê a legislação é o mínimo que se pede a quem anda na floresta e na estrada a carregar, transportar e descarregar madeira. Mas quem trabalha no sentido de tornar esta atividade mais segura considera que a lei deveria ir mais longe. “Não há legislação específica para o setor florestal, e principalmente para o transporte do material lenhoso. Cumprimos, com frequência, regras que são ditadas pelos nossos clientes, onde entregamos a madeira, nomeadamente a The Navigator Company”, conta Teresa Pinto. “Os parques têm regras de segurança próprias, muito restritas. Nós acabamos por acolhê-las e adotá-las no nosso dia a dia, porque reconhecemos que aumentam a segurança dos nossos colaboradores e de todos os envolvidos”, acrescenta.

A The Navigator Company procura, de facto, fazer uma sensibilização junto dos motoristas, no sentido de reforçar a segurança. O caso da amarração da carga é um bom exemplo. O Artigo 56.º do Código da Estrada, que rege o transporte de carga, apenas obriga a que a mercadoria esteja amarrada, com uma amarração por estiva, não fazendo referência ao sistema utilizado. “A nossa legislação é muito generalista, não faz especificações para o transporte da roleria e não obriga ao uso exclusivo de cintas”, explica Luísa Barradas, Coordenadora de Segurança da Direção de Abastecimento de Madeiras da Navigator. “Por isso, muitos fornecedores continuam a usar cordas. Na Navigator, contudo, sensibilizamos ▶



▲ Os momentos de amarrar e desamarrar a carga, com cintas em bom estado, são críticos para garantir a segurança de toda a operação de transporte de madeiras. Cada estiva deve ser amarrada com, pelo menos, uma cinta.

COMBATER O FACILITISMO E A PRESSA: UMA BATALHA DIÁRIA

Se é verdade que a legislação peca por defeito, também é verdade que, mesmo assim, não é fácil fazê-la cumprir. “Os maiores entraves a que as operações de transporte de madeiras se façam de forma mais segura são o facilitismo e a pressa de quem está no terreno”, considera Joaquim Fernando Cruz. “A pressa é um fator que faz aumentar imenso o risco. Não podemos querer fazer rápido, temos de querer fazer bem e de forma segura. O trabalho deve ser regular, organizado e rigoroso. Se assim for, corre bem”, garante. Luísa Barradas concorda: “Vemos que os motoristas estão sempre com muita pressa. Na carga, por exemplo, acontece começarem

a cintar a primeira estiva enquanto as outras ainda estão a ser carregadas, desrespeitando a distância de segurança. Ou, durante a descarga, começam a limpar o piso do camião ainda antes de a descarga estar terminada”. “O excesso de confiança dos trabalhadores é outro inimigo da segurança”, acrescenta Teresa Pinto. “Muitas vezes, os trabalhadores, sobretudo os que já fazem isto há muitos anos, resistem a adotar novas práticas, mesmo que sejam os principais beneficiados. Alterar hábitos é muito difícil”, considera.

TRANSPORTE DE MADEIRA

os motoristas para que as cargas venham amarradas com cintas e alertamos para a necessidade de estas estarem em bom estado”, afirma.

As normas de segurança no transporte de madeiras que a The Navigator Company procura, por vários meios, fazer cumprir, foram, em parte, baseadas no documento da União Europeia “Acondicionamento da carga nos transportes rodoviários – Orientações relativas às melhores práticas europeias”. Nesta espécie de manual, existem recomendações específicas para o transporte de madeira e, inclusive, um ponto exclusivo para o transporte de rolaria. “Não se trata de

legislação, são recomendações com base no que se consideram, hoje, as práticas mais seguras. E é aquilo que procuramos seguir”, explica Luísa Barradas. Na opinião da responsável, “faz falta mais legislação em Portugal”. E justifica: “Só quando se tornam obrigatórias é que se adotam práticas mais seguras e se alteram hábitos. Mas não devemos cumprir apenas porque a lei obriga e a polícia vem fiscalizar. Quando se trata de segurança, temos de ser polícias de nós mesmos. Mas, para chegar a esse ponto, é preciso haver uma mudança de mentalidades. E isso é o mais difícil de alterar”. **PF**



▲ A Madeicampo colou um autocolante em cada local “crítico” de subida e descida, para recordar aos motoristas e tratoristas a regra dos três pontos de apoio.

DOS AUTOCOLANTES “LEMBRETES” AOS DESAFIOS NO WHATSAPP

A Madeicampo procura sensibilizar os seus funcionários, numa base diária, para o cumprimento das normas de segurança. Mas porque esse é um tema ao qual a empresa dá especial importância, tem procurado novas estratégias que contribuam para esse fim. Uma delas é a possibilidade de os trabalhadores adquirirem os seus próprios EPI, de acordo com as características que mais valorizam, em vez de usarem aqueles que a empresa disponibiliza. Depois, apresentam a despesa à empresa.

Os autocolantes que recordam, em cada local “crítico” de subida e descida, a regra dos três pontos de apoio foi uma ideia mais recente. Tal como os desafios que Teresa Pinto decidiu lançar no grupo de WhatsApp da empresa: “Peço, por exemplo, às equipas que estão na mata para partilharem uma foto da placa de sinalização dos trabalhos. Não só funciona como alerta para quem não a colocou, como estimula, espero, uma competição positiva entre equipas”, explica.

PRODUTORES FLORESTAIS



DANIELA FERREIRA

RAIZ - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DA FLORESTA E PAPEL

SUSANA MORAIS

THE NAVIGATOR COMPANY

BOAS PRÁTICAS NA UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

A adoção de boas práticas silvícolas é essencial em todas as operações florestais, e a aplicação de produtos fitofarmacêuticos não é exceção. O seu uso exige precauções redobradas, tanto para proteger a segurança do operador como para minimizar o impacto ambiental.

Um produto fitofarmacêutico corresponde a uma substância ou preparação utilizada para proteger plantas e produtos agrícolas ou florestais dos seus inimigos ou para prevenir a sua ação. Pode ser de natureza diversa, como, por exemplo, inseticida, fungicida ou herbicida.

Escolha dos produtos e transporte

- Garantir que o produto a utilizar é adequado ao problema.
- Conhecer as recomendações de uso do produto indicadas no rótulo.
- Respeitar as indicações da ficha de dados de segurança do produto, quer para a proteção do operador, quer do meio ambiente.
- Assegurar que as embalagens se encontram em boas condições e devidamente seladas.
- Transportar o produto, de preferência, no exterior do veículo, utilizando um recipiente fechado.

Preparação da calda e aplicação dos produtos

- Inspeccionar e garantir a conformidade dos equipamentos de proteção individual e material de aplicação.

- Utilizar sempre os equipamentos de proteção individual indicados para o produto.
- Garantir que não se encontram pessoas ou animais na proximidade do local.
- Respeitar as instruções do rótulo e/ou ficha de dados de segurança.
- Ter em local acessível material de primeiros socorros adequados ao produto e contactos de emergência.
- Repetir a lavagem das embalagens vazias por três vezes.

Após a aplicação dos produtos e armazenamento

- Lavar os equipamentos de proteção individual e os equipamentos de aplicação.
- Entregar as embalagens vazias num ponto de recolha devidamente autorizado para o efeito.
- Respeitar o intervalo de segurança dos produtos.
- Armazenar em local adequado, devidamente sinalizado, fechado à chave e com ventilação adequada.

Em caso de acidente

- **Centro de Informação Antivenenos 800 250 250**
- Retirar imediatamente a roupa contaminada e lavar a zona afetada com água e sabão.
- Em caso de contaminação dos olhos, lavar bem com água limpa.
- Em caso de derrame no transporte ou na aplicação, conter o produto numa área circunscrita.
- Em caso de intoxicação, conservar o rótulo e condições do acidente, para facultar ao médico informação mais completa.

Queremos ajudar a esclarecer as suas dúvidas. Pode enviar as suas questões para o e-mail: revista@produtoresflorestais.pt

Veja mais em: www.produtoresflorestais.pt



Escolha dos equipamentos de proteção individual

Os equipamentos de proteção individual devem ser adequados ao tipo de operação e ao equipamento de aplicação utilizado. Todo o material de proteção

individual deverá possuir o símbolo CE, estar dentro do prazo de validade e ajustar-se corretamente ao utilizador (sem modificações de fabrico).

| FASE/EQUIPAMENTO DE TRABALHO: | Equipamentos de Proteção Individual |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Preparação da calda • Aplicação com pulverizador de dorso • Aplicação com trator com cabine aberta • Limpeza de material e equipamentos | <ul style="list-style-type: none"> Luvas de nitrilo Viseira Fato de proteção Máscara de proteção Óculos Botas de borracha |
| <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação com trator com cabine fechada | <ul style="list-style-type: none"> Luvas de nitrilo Botas de borracha |

SABIA QUE...

A regulação dos produtos fitofarmacêuticos varia de acordo com o tipo de uso, profissional ou não profissional.

A Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, regula a distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional (com atualizações nos DL n.º 169/2019 e n.º 9/2021). Para a sua aplicação, é obrigatório possuir um certificado de formação em Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos e a respetiva habilitação (cartão) de aplicador. Nos rótulos destes produtos, o uso profissional é identificado pela frase: "Este produto destina-se a ser utilizado por agricultores e outros aplicadores de produtos fitofarmacêuticos". (Leia mais no Consultório Jurídico, na página 38.)

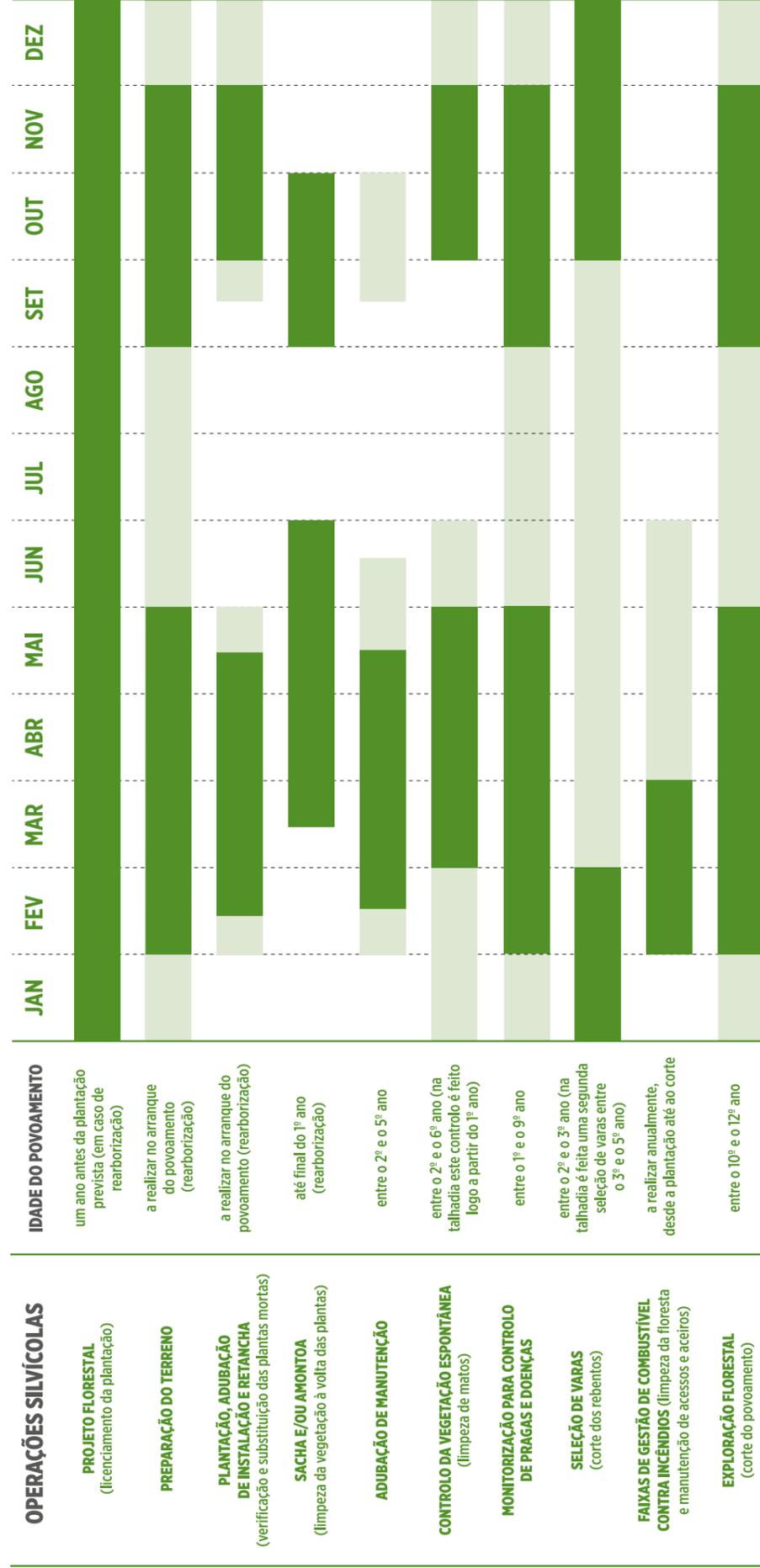
A utilização de produtos fitofarmacêuticos de uso não profissional é regulada pelo Decreto-Lei n.º 101/2009, de 11 de maio (atualizado pelo DL n.º 82/2023). Aplica-se em ambiente doméstico, nomeadamente plantas de interior, hortas e jardins familiares. Existem algumas restrições à classificação toxicológica e às embalagens para a sua comercialização, mas os estabelecimentos de venda não necessitam de ser exclusivos, não tendo de ter licenciamento/autorização pela DGAV. Não necessita de dispor de certificado habilitante para o seu uso.

A base de dados Sifito (Sistema de Gestão das Autorizações de Produtos Fitofarmacêuticos) permite pesquisar os produtos fitofarmacêuticos e encontra-se sempre atualizada.



CALENDÁRIO ANUAL DA GESTÃO FLORESTAL

Neste calendário está representado o período recomendado na atividade florestal em povoamentos de eucalipto. Lembre-se sempre que nos trabalhos florestais deve utilizar boas práticas e equipamentos de proteção individual, e respeitar as indicações das fichas de produtos e a legislação aplicável.



PERÍODO RECOMENDADO

PERÍODO COM RISCO ACRESCIDO (por exemplo restrições por risco de incêndios florestais, ocorrência de geadas, encharcamento do terreno ou baixa humidade do solo para plantar)

Nota: A rearboreização florestal permite maximizar a produção de madeira, utilizando a melhor planta e boas práticas silvícolas. Já a talhadia é uma oportunidade de reduzir o custo de produção de madeira e rentabilizar o investimento inicial de rearboreização, sempre que os povoamentos de eucalipto se encontrem em condições para tal, ou seja, com baixa mortalidade de toijas e boa taxa de rebentação.

PRIMEIROS SOCORROS NA FLORESTA

ESTAR PREPARADO PODE SALVAR VIDAS



O que é necessário ter à mão quando se vai para uma operação na floresta? Além do equipamento de assistência rápida, como devemos sinalizar a zona intervencionada e que outros dispositivos devemos ter disponíveis? Explicamos-lhe como privilegiar a sua segurança e a dos que o rodeiam.

Trabalhar na floresta implica ter um plano de segurança bem claro e definido quanto às medidas de prevenção e à forma de reagir em caso de acidente. E, como prevenir é sempre melhor do que remediar, é importante contar com uma caixa de primeiros socorros no terreno, além de uma manta térmica e um saco térmico para gelo. Estes equipamentos devem ser colocados num local bem identificado, bem sinalizado e acessível a todos os operadores.

O que deve estar no kit de primeiros socorros

De acordo com a Informação Técnica n.º 1/2010, atualizada a 26/11/2021 - Primeiros Socorros no Local de Trabalho -, da Direção-Geral da Saúde, o conteúdo mínimo de uma mala/caixa/armário de primeiros socorros no local de trabalho deverá incluir:

- Máscaras de proteção facial
 - Luvas descartáveis
 - Tesoura de pontas redondas
 - Compressas esterilizadas (de diferentes dimensões, incluindo próprias para queimaduras)
 - Pensos rápidos de diferentes dimensões
 - Rolo adesivo
 - Ligaduras (elástica e não elástica)
 - Solução antisséptica de povidona iodada a 10%
 - Álcool etílico a 70%
 - Soro fisiológico (em quantidades de acordo com potenciais necessidades)
 - Termómetro digital
 - Manta térmica (2100 X 1600 mm)
 - Saco de frio/gelo instantâneo
- A caixa de primeiros socorros tem de estar acessível na frente de obra.

Com este conjunto, o operador florestal ficará mais apto a dar uma primeira resposta às consequências de acidentes variados, tais como cortes, quedas, choques elétricos, queimaduras, bem como incidentes com máquinas e equipamentos. É importante verificar regularmente os prazos de validade dos produtos e substituir sempre que for necessário. E manter todos os frascos e embalagens rotulados e os instrumentos pontiagudos embalados de forma adequada. Ainda assim, é altamente recomendado que os operadores florestais estejam habilitados com o Curso Básico de Primeiros Socorros. E uma máxima essencial: o conjunto de primeiros socorros ou as formações são apenas uma parte. Antes de tudo, há que fazer tudo o que está ao alcance para evitar os acidentes.

lote variado de Equipamentos de Proteção Coletiva – placas, triângulo, fita de sinalização, mapas ou informação digital com a cartografia das zonas de perigo e/ou a preservar – e tem a finalidade de informar sobre as zonas de perigo a evitar. São ainda relevantes para alertar para a presença, nas proximidades, de pessoas e máquinas inerentes aos trabalhos ali desenvolvidos. Neste último caso, sempre que se opere com máquinas e se transporte combustível, o extintor é um equipamento de proteção coletiva obrigatório. Terão de estar acessíveis um ou dois extintores de 6 kg, consoante o peso máximo do equipamento seja inferior ou superior a 10 toneladas, carregados e dentro da validade. Já as viaturas de apoio a trabalhos florestais e transporte de combustível devem ser equipadas com um extintor de 2 kg. Em



Sinalização e outros dispositivos

Os EPI, ou Equipamentos de Proteção Individual (botas, luvas, capacete, óculos de proteção, protetores auriculares e roupa apropriada), dependendo da função, são obrigatórios, assim como é essencial manter uma comunicação constante e clara com os restantes membros de equipa no terreno, para que a segurança seja sempre priorizada. Na frente da área de trabalho, deve estar disponível uma lista de contactos de emergência, para que seja de fácil acesso para todos os intervenientes da operação. A sinalização dos trabalhos florestais recorre a um

qualquer dos casos, todos os trabalhadores devem saber manusear o extintor. **PF**

► O extintor é um equipamento de proteção coletiva obrigatório na frente de trabalho, sempre que se opere com máquinas e combustível.



ENCONTROS COM ANIMAIS SELVAGENS

Deparar-se com um animal selvagem enquanto se desenvolve o trabalho florestal pode ser uma experiência stressante e até perigosa. A solução passa por manter a calma, evitando agitar ou assustar o animal, enquanto se conserva uma distância de segurança:

- Não fazer movimentos bruscos, manter a calma e o afastamento possível, para que o animal não se sinta ameaçado e siga o seu caminho.
- Não fazer barulho que o possa assustar e nunca fugir a correr do local.
- Procurar afastar-se, mesmo que momentaneamente, do local, pois pode estar ali o ninho ou uma fonte de alimento do animal.
- Nunca virar as costas ao animal; procurar recuar de forma lenta, mantendo a serenidade possível.

Estas são regras básicas e gerais. Há alguns comportamentos comuns e outros que diferem em função do animal que se encontra. Se, por um lado, virar as costas para fugir ou fazer barulhos estridentes são ações proibidas no avistamento de qualquer animal, por outro, a estratégia de, por exemplo, manter contacto visual, pode correr bem com alguns (lobos e javalis), mas muito mal com outros (cães de guarda e touros).



Cuidados com a vespa asiática

A vespa asiática (Vespa velutina) pode representar um perigo para quem trabalha na floresta, especialmente para pessoas alérgicas a picadas de insetos. Não são, por si só, particularmente mais perigosas para o ser humano do que outras espécies, como a vespa europeia, mas há alguns aspetos que justificam o aumento de casos de picadas e reações alérgicas. Por exemplo, o seu caráter bastante agressivo faz com que, ao sentir os ninhos ameaçados, reaja em grupo, com o objetivo específico de atacar o agressor. E o comprimento do seu ferrão leva a que consiga atingir os vasos sanguíneos superficiais. Os ninhos podem ser encontrados tanto nas árvores como no solo, onde são menos visíveis e podem ser perturbados acidentalmente. Por isso, pessoas com histórico de alergias graves devem ter sempre à mão a medicação prescrita, como autoinjetores de adrenalina e anti-histamínicos.

Em caso de picada,
• Afaste-se da zona rapidamente para evitar novas picadas.
• Lave a picada com água e sabão e arrefeça a zona afetada com uma compressa fria ou gelo envolto num pano.

- Se sentir dificuldade em respirar, tonturas ou inchaço generalizado, ligue de imediato para o 112. A prevenção é essencial: evite aproximar-se de ninhos e, se encontrar um, contacte as autoridades locais.





FLORESTA CERTIFICADA, FLORESTA SEGURA

A certificação tem sido um poderoso motor de promoção das boas práticas e normas de segurança no trabalho florestal. Aumentar a área certificada é, assim, tornar a atividade mais segura. Mas é também uma forma de fortalecer todo o setor.

A certificação florestal é normalmente associada à ideia de proteção dos valores ambientais e recursos naturais, ao combate à desflorestação e à preservação da biodiversidade. Mas a verdade é que uma floresta certificada passa também pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pela segurança na atividade florestal. O aumento da área certificada pode ter um enorme impacto nas condições de trabalho, reforçando o pilar social da sustentabilidade. Os dois sistemas internacionais de certificação assumem este aspeto como um dos pontos incontornáveis aos quais as empresas certificadas precisam de dar atenção, agindo em conformidade com as boas práticas.

O PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification) aponta como um dos seus seis Critérios de Sustentabilidade para a Gestão Florestal a “Manutenção ou fomento apropriado das funções e condições ao nível socioeconómico onde os direitos dos trabalhadores e a sua segurança são protegidos, o trabalho local é encorajado, os direitos das comunidades rurais são respeitados”. Quando ao FSC® (Forest Stewardship Council®), estabelece dez Princípios que descrevem os elementos essenciais de uma gestão florestal ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável. E logo no Princípio 2, é referida a proteção dos direitos dos trabalhadores e das condições de trabalho.



▲ Ação de monitorização no terreno, realizada pela Associação para a Certificação Florestal do Minho-Lima.

Mais monitorização e formação

“A certificação tem tido um impacto muito significativo na melhoria das condições de segurança do trabalho florestal”, garante Elisabete Abreu, da Associação para a Certificação Florestal do Minho-Lima. “Há empresas que investem em grandes mudanças nesta área, de forma a poderem aceder aos benefícios da certificação.”

Mas não se trata apenas de investir em equipamentos individuais ou coletivos de proteção, só para fazer um *check* na lista de exigências. “Como entidade detentora e gestora do certificado de Cadeia de Custódia, fazemos as auditorias anuais às empresas que integram o nosso grupo, mas também monitorizações regulares, ao longo de todo o ano”, explica Elisabete Abreu. Desta forma, há um acompanhamento muito próximo, que inclui formação e sensibilização para as boas práticas. “As empresas certificadas têm as suas operações muito mais monitorizadas do que aquelas que não o são e beneficiam de um grande incentivo ao cumprimento das normas”, afirma a técnica.

E se as empresas deixam de cumprir?

Todos os anos, as empresas certificadas são sujeitas a uma auditoria que avalia, entre outros aspetos, o cumprimento das boas práticas e normas de segurança. “Se houver algum requisito que não esteja em conformidade, é dado um prazo para que possa ser corrigido. Se não o for, a empresa pode ser suspensa da certificação até estar dentro das exigências”, explica Elisabete Abreu. “Mas é raro que isso aconteça”, acrescenta.

Como o certificado tem uma validade de cinco anos, no final desse tempo as empresas são sujeitas a uma auditoria de renovação – mais exaustiva do que aquela que é feita anualmente –, de forma a poderem ter o seu certificado renovado por novo período de cinco anos. **PF**

DA FLORESTA AO PRODUTO FINAL

A Certificação Florestal compreende dois níveis distintos, que abrangem toda a cadeia de valor e asseguram a rastreabilidade dos produtos florestais, desde a floresta até ao consumidor:

Certificação da Gestão Florestal – A certificação inicia-se ao nível da floresta, com o objetivo de garantir que esta é gerida de acordo com os requisitos de sustentabilidade – nas suas vertentes ambiental, social e económica. Destina-se aos proprietários e gestores florestais.

Certificação da Cadeia de Custódia – Destina-se às empresas de transformação e comercialização de produtos de base florestal, que assumem o seu compromisso com a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de abastecimento dos seus produtos.

ANTECIPAR RISCOS PARA EVITAR PERIGOS

A avaliação de riscos é uma ferramenta indispensável na atividade florestal, para garantir a segurança dos trabalhadores e a sustentabilidade das operações.

A complexidade das operações no setor florestal – que incluem o uso de maquinaria pesada, a manipulação de ferramentas de corte e as variações imprevisíveis das condições ambientais – faz da identificação e mitigação dos perigos elementos fundamentais para prevenir acidentes e cumprir a legislação em vigor. Este processo envolve uma análise sistemática dos riscos e a implementação de medidas corretivas, contribuindo para um ambiente laboral mais seguro e para a eficiência das tarefas. Para compreender melhor o que envolve a avaliação de riscos no setor florestal, fomos procurar quem lida diariamente com este desafio. Falámos com a INTERPREV®, uma empresa especializada em saúde e segurança no trabalho, que apoia produtores e empresas do setor na identificação e mitigação de perigos, garantindo conformidade legal e promovendo práticas mais seguras.

Metodologia da avaliação de riscos

A avaliação de riscos no setor florestal segue os mesmos princípios metodológicos aplicados a

qualquer outra atividade profissional, distinguindo-se, claro, pelos riscos específicos da área. Vera Simão, diretora da delegação de Castelo Branco da INTERPREV®, explica que o objetivo principal deste processo é identificar e analisar os perigos associados ao trabalho, permitindo adotar medidas preventivas eficazes. “Trata-se de uma exigência legal, estabelecida pela Lei 102/2009, de 10 de setembro, que determina a obrigação dos empregadores em avaliar e controlar os riscos profissionais”, diz. Complementarmente, Amílcar Pinto, diretor técnico do Departamento de Segurança na Floresta da INTERPREV®, afirma que “esta avaliação não é apenas um requisito normativo, mas uma necessidade prática, uma vez que permite reduzir significativamente a exposição dos trabalhadores a situações de perigo e melhorar a eficiência operacional”. O processo inicia-se com a deslocação de um técnico de segurança ao local de trabalho, onde se procede à identificação dos perigos associados às tarefas desempenhadas e à análise das condições laborais. Ione Rosa, diretora de Planeamento e Controlo de

Serviços Técnicos da INTERPREV®, explica que “a metodologia que seguimos baseia-se na norma internacional ‘ISO 45002-2023 Occupational health and safety management systems – General guidelines for the implementation of ISO 45001:2018’, que permite identificar, quantificar e controlar os riscos de forma estruturada”. Após a recolha dos dados no terreno, procede-se à sua análise detalhada, de forma a identificar as medidas corretivas necessárias. Durante este processo, são avaliadas as condições de segurança associadas às tarefas, equipamentos e processos de trabalho, bem como a identificação e valorização dos riscos profissionais – que podem ser potenciais causadores de acidentes ou de doenças laborais. Concluída a avaliação, é elaborado um relatório detalhado que classifica os riscos e sugere medidas de mitigação, com o intuito de reduzir a exposição dos trabalhadores a níveis aceitáveis de perigo. Para além da entrega do relatório, a INTERPREV® assegura um acompanhamento contínuo, prestando apoio técnico para a implementação das recomendações e esclarecendo eventuais dúvidas. A avaliação de risco deve ser revista sempre que ocorram alterações na atividade, como a introdução de novos equipamentos, a mudança dos métodos de trabalho ou a identificação de novos perigos. Esta necessidade de atualização contínua reflete o carácter dinâmico do setor florestal, sujeito a

variações sazonais, condições meteorológicas e avanços tecnológicos que podem alterar significativamente os níveis de risco.

Principais perigos identificados

A experiência acumulada pela INTERPREV® permitiu identificar um conjunto de perigos comuns no setor florestal, tais como:

- Quedas em altura ou ao mesmo nível.
 - Cortes provocados por ferramentas ou máquinas de corte.
 - Impactos decorrentes da projeção de ramos e troncos.
 - Acidentes envolvendo veículos e maquinaria pesada.
 - Riscos de esmagamento ou enrolamento em equipamentos mecanizados, especialmente durante operações com tratores e processadores de madeira.
- Adicionalmente, existem riscos ocupacionais associados à exposição a fatores ambientais adversos – como vibração e ruído resultantes da operação de maquinaria, temperaturas extremas, e exposição prolongada a produtos químicos –, que podem originar doenças musculoesqueléticas, problemas auditivos e dificuldades respiratórias. A avaliação de riscos considera ainda ameaças externas que podem representar perigo acrescido para os trabalhadores, nomeadamente incêndios florestais e condições meteorológicas extremas, permitindo antecipar cenários adversos e definir estratégias de mitigação.

Este é um processo que não deve ser encarado apenas como uma exigência legal, mas sim como um investimento na segurança dos trabalhadores e na sustentabilidade das operações florestais. Ao identificar e mitigar os riscos específicos deste setor, é possível reforçar a proteção dos profissionais e assegurar a continuidade e a eficiência das atividades, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e resiliente. **PF**

PARCERIA INTERPREV® E CLUBE PRODUTORES FLORESTAIS NAVIGATOR

Com vista a reforçar a segurança no setor e a facilitar o acesso dos produtores a serviços de prevenção de riscos, a INTERPREV® estabeleceu uma parceria estratégica com o Clube Produtores Florestais da Navigator. Vera Simão comenta: “Este protocolo abrange os serviços de Segurança e de Saúde no Trabalho, transversais a todos os clientes, e permite aos membros do Clube contratar estes serviços a um custo mais económico – podendo representar poupanças da ordem dos 48%.” Através deste acordo, os membros recebem informação e esclarecimentos sobre os requisitos legais em matéria de Segurança do Trabalho.

PROTEGER A ATIVIDADE É PARTE DO SUCESSO



No setor florestal, a proteção é essencial para garantir o sucesso e a continuidade das operações. A Empremédia, corretora de seguros pertencente ao grupo The Navigator Company, está a consolidar a sua posição como parceira de confiança dos produtores florestais, oferecendo soluções que vão desde a cobertura para Acidentes de Trabalho até seguros específicos para equipamentos essenciais à atividade.

A atividade florestal envolve riscos elevados e, por isso, a contratação de seguros é crucial. Enquanto alguns são de cariz obrigatório, outros, apesar de opcionais, podem representar um investimento decisivo no caso de um sinistro. Diante da complexidade das obrigações e particularidades do setor, os produtores contam com o apoio especializado da Empremédia para identificar as coberturas necessárias e optar pelas melhores condições disponíveis no mercado. “Somos uma corretora que atua em todos os ramos e atividades, mas o facto de fazermos parte do grupo Navigator confere-nos uma sensibilidade única às

necessidades do setor florestal”, destaca Alexandra Fernandes, diretora da Empremédia. “Essa ligação permite-nos compreender as particularidades do trabalho florestal – desde o risco inerente às operações até à diversidade de equipamentos utilizados”, complementa.

Coberturas essenciais para operações de alto risco

Entre os seguros essenciais, o de Acidentes de Trabalho ocupa lugar de destaque. Obrigatório por lei, protege os trabalhadores durante o exercício das suas funções, e também durante o trajeto entre a residência e o local de trabalho – designado *in*



▲ A modernização do setor trouxe novas necessidades de seguros.

itinere. Embora o setor segurador analise com rigor as atividades dos produtores florestais e os riscos que lhe estão associados – o que pode resultar em prémios elevados – a capacidade de negociação da Empremédia, enquanto parte do grupo Navigator, tem permitido a oferta de taxas mais competitivas. Outro produto de grande relevância é o seguro de Máquinas de Casco, indispensável para proteger equipamentos que representam investimentos significativos. “Este seguro cobre os custos de reparação em caso de danos, como, por exemplo, os causados por quedas em terrenos acidentados”, explica Bruno Costa, assistente comercial da Empremédia. No caso em que os equipamentos são adquiridos em regime de leasing, este tipo de cobertura torna-se praticamente obrigatória, uma vez que as locadoras tendem a exigir a sua contratação. Os seguros de Responsabilidade Civil também têm ganho espaço, protegendo contra eventuais danos a terceiros. “Para produtores com maior capacidade financeira, recomendamos um seguro de Responsabilidade Civil Geral – que pode incluir a Laboração das Máquinas –, enquanto para produtores de menor dimensão, o seguro focado na laboração pode ser suficiente”, explica Alexandra Fernandes. Convém não esquecer que o Seguro Automóvel também é obrigatório para todas as viaturas que circulam em vias públicas, mesmo que às vezes

estejam só de passagem, a caminho dos terrenos cultivados.

Inovações tecnológicas e novas tendências no setor

A modernização do setor florestal tem trazido inovações, como o uso de drones e sistemas de rega gota-a-gota, que reclamam coberturas específicas. “Os drones, por exemplo, podem ser protegidos com seguros de Responsabilidade Civil e seguros para danos próprios, garantindo cobertura tanto para falhas operacionais quanto para danos ao equipamento”, comenta a diretora da Empremédia. Da mesma forma, os sistemas de rega gota-a-gota, cada vez mais utilizados, levam à procura de coberturas específicas por parte dos produtores, que procuram proteger os seus investimentos.

Parceria estratégica com o Clube Produtores Florestais Navigator

Um dos grandes diferenciais da Empremédia no setor é a parceria com o Clube Produtores Florestais Navigator. Desde a criação do clube, no final de 2023, a corretora tem estruturado uma oferta de seguros adaptada às necessidades dos produtores, negociando com diversas seguradoras para disponibilizar condições competitivas aos membros. “Os primeiros passos foram dados em 2024 e, desde então, temos vindo a consolidar a nossa atuação, com uma equipa preparada para responder de forma sistematizada às necessidades dos produtores florestais”, explica Alexandra Fernandes. Este canal tem sido fundamental para alertar os produtores sobre a importância dos seguros, oferecendo serviços diferenciados como consultoria personalizada, apoio na negociação com as seguradoras e condições de pagamento atrativas.

O desafio dos seguros de incêndio florestal

Apesar dos avanços, há áreas nas quais o setor segurador enfrenta limitações. Por exemplo, o seguro contra incêndios florestais continua a ser um desafio. “As seguradoras mostram-se relutantes em assumir esse risco elevado, o que dificulta a criação de produtos que cubram os prejuízos com a madeira ardida”, lamenta Alexandra Fernandes. Mesmo diante dessas dificuldades, a Empremédia continua empenhada em encontrar soluções que tragam mais confiança e segurança para o setor florestal. “Estamos apenas no início deste caminho, mas acreditamos que o nosso trabalho pode fazer a diferença, protegendo o futuro de uma atividade essencial para o país”, conclui a diretora. Com um profundo conhecimento das especificidades do setor, a Empremédia reafirma a sua posição como aliada estratégica dos produtores florestais. Ao oferecer soluções de seguro que atendem às diversas especificidades da atividade, a corretora contribui para a segurança e continuidade de um setor vital para o desenvolvimento socioeconómico e ambiental do País. **PF**

SEGURANÇA DOS EQUIPAMENTOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Por João Pedro Martins, Generiparts Lda

As máquinas de exploração florestal têm uma vida útil longa. Nas mais diversas regiões do globo, podemos encontrar equipamentos com mais de trinta anos de idade ainda a funcionar. No caso português, devido à forte implementação da mecanização das operações de exploração nos últimos dez anos, têm vindo a ser introduzidas muitas máquinas novas e usadas, cada vez mais recentes, modelos com maior produtividade e com maior atenção às questões de segurança do operador e do meio envolvente, seguindo os padrões ISO. Embora as normas sejam publicadas, não existe exigência legal para a aplicação, a menos que um organismo regulador as adote como requisito de desempenho. Os equipamentos modificados, por exemplo, máquinas de construção adaptadas ao trabalho florestal, podem não ter implementados sistemas de proteção OEM (Fabricante de Equipamento Original), e parte dos equipamentos florestais mais antigos não foram originalmente equipados com alguns dos sistemas de segurança mais atuais, e muitos deles foram desativados por avaria, sem que tenham sido repostos em funcionamento.

As operações florestais são, historicamente, uma das ocupações industriais mais perigosas, tal como medido em alguns países pelas taxas de mortalidade. Nos Estados Unidos, estima-se que a taxa de mortalidade no Setor Florestal em 2009 foi de 61,8, em comparação com uma média de 3,3 para a força de trabalho civil total (BLS 2011). A maioria destes acidentes é o resultado do contacto do trabalhador com objetos como árvores, queda de ramos, ou equipamentos. Em parte, impulsionadas pelas preocupações de segurança, e em parte pela necessidade de melhorar a produtividade e reduzir os custos globais, as operações florestais estão a tornar-se cada vez mais mecanizadas. Em vez de trabalhadores no terreno com uma motosserra, é mais comum encontrar um operador de máquinas numa cabine de proteção a conduzir o trabalho mecanizado de extração ou corte de madeira. Atualmente, são exigidas cabines em máquinas florestais para proteção contra queda de objetos, capotamento, impactos ou intrusões na cabine. Embora os operadores de equipamentos dentro das cabines estejam protegidos dos perigos tradicionais das operações florestais, novos perigos foram introduzidos pela mecanização, sendo que esses perigos abrangem também as pessoas que coabitam

na mata, fora da cabine. É da maior importância que seja repensada a forma de observar a interação dos equipamentos no ambiente florestal, tanto na perspetiva da segurança dos operadores e das pessoas circundantes, como com a própria floresta. Nesse sentido, deverão ser introduzidos mecanismos que permitam aferir a condição geral dos equipamentos, inspecionando e atestando a condição de pontos fundamentais. Estas inspeções técnicas deverão incidir em pontos como condição dos pneus, fugas hidráulicas, pontos de apoio para acesso e abaixamento da cabine, escada de acesso, condição dos fechos das janelas de emergência, condição e tipo de vidros de segurança, estado dos sensores de segurança da cabine (portas e cadeira), funcionamento dos interruptores de emergência, válvulas de retenção de fluídos (óleo e gasóleo), funcionamento da buzina e das sirenes de movimento, verificação e validação dos extintores de incêndio (automáticos e manuais), verificação da condição dos sistemas de travagem de parque e de serviço e dos sistemas de deslocação. Estas inspeções deverão seguir uma norma aceite por autoridade competente, através da implementação de um formulário tão completo quanto possível que



abranja cada tipo de equipamento de exploração florestal que opera na cadeia produtiva. As entidades formalmente acreditadas devem ter competência para atestar de forma vinculativa a condição do equipamento na data da inspeção. Ainda sobre a segurança das máquinas, há alguns aspetos que são da maior importância nas máquinas de exploração e que são muitas vezes negligenciados, como vidros das cabines, **pegas e escadas** para elevação/abaixamento à cabine, presença de **sistemas automáticos de deteção de incêndios**, e **câmaras de marcha-atrás**.

Quanto aos **vidros das cabines** em policarbonato (ex. Lexan® Margard® ou Makrolon Hygard®) terão de possuir resistência ao impacto e proteção contra entrada forçada de objetos, proteção contra a radiação UV, revestimento antiabrasivo e contra agentes químicos, e garantia de quebra e contra o amarelecimento. É sabido que os vidros das cabines estão sujeitos ao impacto de toros que escorregam da caixa de carga e contra impactos resultantes de estilhaços de correntes. Embora os fabricantes venham desenvolvendo e melhorando os sistemas de proteção contra os disparos de corrente (*chainshot*), nomeadamente proteções em torno do carro de tração da corrente, o risco de quebra e fragmentação da corrente continua a existir, pelo que a presença de vidros de segurança deverá ser obrigatória. A corrente de corte de um *harvester* funciona a velocidades até 40 m s⁻¹. Os discos usados em *feller-bunchers* rodam a velocidades superiores a 1300 rpm, com uma velocidade de ponta superior a 100 m s⁻¹. Sob certas condições, as peças da máquina podem soltar-se e ser projetadas. Pedacos de material cortado, pedras ou outros detritos também podem ser projetados a alta velocidade. Quando pequenos pedacos de corrente partida são projetados, isto é

chamado de tiro de corrente (*chainshot*). Estes objetos lançados representam um risco para a segurança dos operadores da máquina e das pessoas presentes – por exemplo, em 1992, um operador de 45 anos, totalmente treinado, operava um *harvester* cuja corrente se partiu fez projetar um pequeno fragmento que penetrou no vidro de segurança e se alojou profundamente no estômago do operador (Howe 1992).

As **pegas e degraus** de acesso à cabine devem estar presentes e em boa condição, permitindo o **apoio em três pontos** para subida e abaixamento em segurança.

A presença de **dispositivos automáticos para a deteção de incêndios** permite proteger a máquina contra ignições devidas a causas internas, protegendo tanto o próprio equipamento como o ambiente circundante, reduzindo potencialmente o risco de incêndios causados pelas máquinas. Há relatos de casos cujos incêndios causados por causas internas da máquina foram extintos sem que operador se apercebesse previamente da sua ocorrência, só dando conta após a sirene do sistema de deteção ter sido acionada e a espuma resultante da explosão dos extintores se ter tonado visível.

A instalação de câmaras de marcha-atrás nas máquinas florestais, nomeadamente nos autocarregadores, mas também nas outras, permitem ao operador ter uma panorâmica do ambiente na traseira, situação que lhe é vedada quando recua carregado, tendo sido esta a causa de acidentes com gravidade.

A observância das questões referidas permite a utilização de equipamentos mais seguros, com maior qualidade. Cumprir estas regras deverá ser da responsabilidade de todos os agentes que participam na fileira. Por último, mas também importante, estou certo de que com a implementação desta regulamentação no acompanhamento das máquinas florestais, podemos apelar às seguradoras para que voltem a contratar apólices que cubram os riscos próprios das máquinas, com regras também definidas e que resultem da utilização de equipamentos mais seguros, com menores riscos. Com a implementação destas regras nas máquinas florestais, estaremos a contribuir para uma atividade mais segura, com maior qualidade. **PF**

UMA APP PARA MEDIR A MADEIRA DA FLORESTA



Apurar o volume de madeira existente num povoamento florestal é um fator essencial para uma gestão eficaz.

Os avanços tecnológicos vieram tornar o processo mais simples, e atualmente existem ferramentas bastante desenvolvidas, mas acessíveis, para apoiar este cálculo. Estas novas tecnologias oferecem uma série de vantagens em relação aos métodos tradicionais de inventário florestal: permitem reduzir os custos e o tempo despendido; dispensam a dependência de equipamentos especializados; oferecem o acesso a informação em tempo real, com disponibilização de resultados logo após a recolha de dados.

As aplicações para smartphone capazes de apoiar o inventário florestal podem ser utilizadas tanto por proprietários individuais e associações florestais, para estimativas rápidas e com baixo custo, como por grandes empresas do setor florestal, que beneficiam com a utilização de informações de modo integrado, em sistemas de planeamento avançado que facilitam as tomadas de decisão.

No âmbito do rePLANT, um projeto liderado pela Navigator, foi feita uma análise das potencialidades destas ferramentas. As conclusões do estudo, conduzido pelo ForestWISE, foram claras: as aplicações "apresentam uma considerável redução de tempo na atividade de inventário e número de elementos no campo, além de terem elevada precisão quando se trata de povoamentos de pinheiro e eucalipto".

Arboreal Forest: todos os resultados em segundos

Uma destas aplicações para smartphone que tem vindo a ganhar popularidade é a Arboreal Forest. Graças às suas potencialidades, tem sido adotada por associações florestais, empresas especializadas em inventário e

proprietários, facilitando a gestão e monitorização das florestas.

A Arboreal Forest recorre aos sensores LiDAR dos iPhone Pro para medir, com grande exatidão, os diâmetros das árvores, enquanto utiliza as câmaras do dispositivo e técnicas de fotogrametria para estimar as suas alturas. A antena GNSS interna permite a georreferenciação de cada parcela e árvore, e a tecnologia de realidade aumentada apoia o processo de avaliação, garantindo que apenas são consideradas as árvores dentro da área definida.

O software da Arboreal Forest já está otimizado para as espécies florestais encontradas em Portugal com maior expressão, dispendo de modelos de cálculo que permitem obter, de forma rápida e precisa, o volume bruto e sólido de cada parcela e povoamento. Além disso, a aplicação pode ainda estimar a quantidade de CO₂ armazenada no povoamento, tudo em segundos e diretamente na palma da mão. **PF**

UMA AJUDA PARA COMEÇAR

Se precisar de apoio para começar a usar a aplicação Arboreal Forest, saiba que o CoLAB ForestWISE estabeleceu uma parceria com a empresa sueca responsável pela tecnologia. Além do apoio básico na utilização da aplicação e no esclarecimento de dúvidas, foram desenvolvidos três serviços integrados que abrangem as quatro etapas essenciais do inventário florestal: planeamento, recolha de dados, processamento e análise de resultados.

Saiba mais sobre este apoio lendo o QR Code.



GOVERNO PROLONGA PLANOS MUNICIPAIS DE DEFESA DA FLORESTA ATÉ AO FINAL DE 2025

O Governo prorrogou a vigência dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) até 31 de dezembro de 2025, garantindo a continuidade destes instrumentos até que sejam substituídos pelos novos programas sub-regionais e municipais de gestão integrada de fogos rurais.

A decisão, oficializada através do Decreto-Lei n.º 6/2025, publicado em Diário da República, decorre da necessidade de assegurar a operacionalidade do sistema enquanto se conclui a implementação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR). O diploma determina que todos os PMDFCI, incluindo os que tinham expirado em 2021, se mantêm em vigor até ao final de 2025, salvo se forem entretanto atualizados ou substituídos pelos novos programas.

Esta prorrogação significa que continuam em vigor as regras e medidas definidas nos PMDFCI, incluindo a aplicação das cartas de perigosidade que influenciam condicionamentos de usos e atividades nos territórios. Recorde-se que estas cartas estão suspensas para um conjunto de efeitos, nomeadamente em relação a licenciamentos, mas continuam a ser utilizadas para o planeamento de prevenção e combate a incêndios, nomeadamente na definição da rede de postos de vigia. Com esta decisão, garante-se um período de transição até que os novos instrumentos de gestão integrada entrem plenamente em vigor, permitindo aos municípios, produtores florestais e entidades de proteção civil manter o planeamento e execução das medidas de prevenção e defesa contra incêndios. **PF**

NAVIGATOR RECONHECIDA COMO UMA DAS MELHORES EMPRESAS MUNDIAIS EM SUSTENTABILIDADE

A The Navigator Company, mentora do projeto Produtores Florestais, foi distinguida pela Sustainalytics como uma das "2025 ESG Industry Top-Rated Companies", um reconhecimento que destaca o seu compromisso com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). Este selo de excelência também coloca a empresa na prestigiada lista das "2025 ESG Top-Rated Companies", que distingue as

organizações com melhor desempenho sustentável a nível mundial.

Este reconhecimento global reforça a importância da gestão sustentável das florestas, um pilar essencial para o futuro do setor. Com práticas responsáveis, é possível garantir florestas mais produtivas e resilientes, beneficiando não só o meio ambiente, mas também a economia e as comunidades que delas dependem. **PF**





PROTEÇÃO VERDE: O FUTURO DA SEGURANÇA NO TRABALHO FLORESTAL

A atividade florestal envolve riscos consideráveis, desde manuseamento de maquinaria pesada até a exposição a condições meteorológicas adversas e a possibilidade de incêndios florestais. Além disso, a crescente incidência de incêndios florestais nos últimos anos

tem enaltecido a necessidade urgente de medidas eficazes de segurança e prevenção. Portanto, garantir a segurança dos trabalhadores florestais não é apenas uma questão de cumprimento de normas, mas uma missão vital para a sustentabilidade do setor e a proteção do nosso património natural.

Apoio PRR – Componente C8: Florestas

No início de 2025, novas oportunidades de financiamento estão a ser disponibilizadas para reforçar a proteção do território nacional e promover a sustentabilidade ambiental. Programas como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) oferecem avisos focados na proteção e segurança dos trabalhadores florestais, forças de segurança e populações.

No âmbito do PRR, a Componente C8: Florestas anunciou diversas iniciativas com uma dotação significativa, destacando-se:

Programa "C08-i05.01: Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios"

- **Aviso 03/ C08-i01.01/2022:** Visa promover uma mudança estrutural nos modelos de ocupação e gestão dos solos em zonas de minifúndio, através de intervenções integradas e articuladas. Os beneficiários diretos são as entidades gestoras das OIGP aprovadas, conforme definido no Decreto-Lei n.º 28-A/2020. A dotação do aviso é destinada a financiar investimentos em silvicultura sustentável, agricultura, elementos estruturais de preservação da paisagem e investimentos imateriais relacionados com a OIGP. O apoio concedido é de natureza não reembolsável, com uma taxa de financiamento de 100% sobre o valor global elegível, incidindo sobre as despesas elegíveis ou custos unitários. A execução das intervenções deve ser concluída até 30 de setembro de 2025.

- **Aviso 5/C08-i05.01/2022:** Esta iniciativa promove a reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios, com foco no reforço das infraestruturas de proteção civil. Tem como objetivo implementar a nova estrutura de proteção civil prevista na Lei Orgânica da ANEPC, abrangendo a adaptação de 2 Comandos Regionais de Emergência e Proteção Civil (Viseu e Évora), a criação de 4 Comandos Sub-regionais (Alto Tâmega, Oeste, Tâmega e Sousa, e Médio Tejo), e a implementação de um Grupo de Comando e Serviços em Almeirim. A área geográfica elegível para este financiamento é Portugal Continental, e o beneficiário final é a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). A dotação máxima para esta medida é de 1.852.756,01 €, com uma taxa de financiamento de 100% sobre o valor global elegível, sob natureza não reembolsável;

- **Aviso 6/C08-i05.01/2022:** Esta oportunidade de financiamento visa a reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios, com foco na promoção da comunicação de risco dirigida à

população através do Sistema Nacional de Alerta e Avisos. Esta iniciativa tem como objetivo reforçar os meios de prevenção e intervenção em caso de catástrofes, especialmente incêndios, e melhorar a comunicação entre as autoridades de proteção civil e as populações. A área geográfica elegível para este financiamento é Portugal Continental, e o beneficiário final é a ANEPC. A dotação indicativa para esta submedida é de 188.273,00 €, com uma taxa de financiamento de 100% sobre o valor global elegível e é de natureza não reembolsável;

- **Aviso 9/C08-i05.01/2022:** Esta iniciativa tem como objetivo aumentar a capacidade de resposta operacional dos agentes de proteção civil no combate aos incêndios rurais, através da aquisição de 59 veículos florestais de combate a incêndios e 22 veículos Tanque Táticos Florestais. A área geográfica elegível para este financiamento é Portugal Continental, e o beneficiário final é a ANEPC. A dotação indicativa para esta submedida é de 14.017.100,00 €, com uma taxa de financiamento de 100% sobre o valor global elegível.

Esta componente do C08 do PRR oferece ainda outras oportunidades de financiamento por explorar. O Aviso **10/C08-i05.01/2022** destina-se à aquisição de veículos de combate a incêndios para a GNR, com uma dotação máxima de 2.447.180,86 €. O **Aviso 11/C08-i05.01/2022** visa a aquisição de 34 kits de combate a incêndios rurais para veículos ligeiros da GNR, com uma dotação de 639.919,14 €. O **Aviso 12/C08-i05.01/2022**, com uma dotação de 570.956,67 €, promove a aquisição de viaturas operacionais para a Escola Nacional de Bombeiros. Por fim, o **Aviso 17/C08-i05.01/2022**, com uma dotação de 2.589.679,33 €, visa melhorar o sistema de prevenção e combate a incêndios rurais através do reforço da capacidade operacional da ANEPC. Todos os avisos apresentam uma natureza de subvenção não reembolsável com uma taxa de financiamento de 100%.

Estas iniciativas são fundamentais para garantir a segurança no trabalho florestal, proporcionando recursos e formação adequados para enfrentar os desafios associados à gestão florestal e à prevenção de incêndios. A implementação de projetos sustentáveis e inovadores na gestão do território e na prevenção de incêndios florestais é essencial para proteger os trabalhadores florestais e o meio ambiente. Com estas medidas, estamos a construir um futuro mais seguro e sustentável, onde a proteção da floresta e dos seus trabalhadores é uma prioridade. **PF**

FORMAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA A UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

ANA RAQUEL BATISTA | ADVOGADA

A Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional, transpondo a Diretiva 2009/128/CE para o quadro jurídico nacional. Visa garantir a utilização sustentável destes produtos, promovendo a proteção da saúde humana e do ambiente.

Enquadramento jurídico

a. Obrigatoriedade da formação

De acordo com o artigo 18.º da Lei n.º 26/2013 (“Lei”), os utilizadores profissionais de produtos fitofarmacêuticos estão obrigados a possuir habilitação específica e indispensável para adquirir ou manusear esses produtos, comprovada mediante a obtenção de:

- Certificado de formação através de ação de formação em aplicação de produtos fitofarmacêuticos (“APF”), conforme artigo 24.º/6, al. b) da Lei; ou
- Formação superior ou técnico-profissional na área agrícola ou afins, demonstrando competências nas matérias da formação APF.

b. Quem deve fazer a formação?

Esta obrigação aplica-se tanto aos utilizadores individuais quanto aos prestadores de serviços, conforme detalhado nos artigos 18.º e 19.º da Lei. Os certificados têm validade de 10 anos, sendo renováveis mediante participação em ação de atualização.

c. Formação para utilizadores individuais

Os utilizadores individuais que apliquem produtos fitofarmacêuticos no âmbito de explorações agrícolas ou florestais necessitam de:

- Certificado de aproveitamento numa ação de formação em aplicação de produtos fitofarmacêuticos, com validade de 10 anos e renovável por iguais períodos mediante atualização formativa; e
- Como alternativa, podem comprovar habilitação por formação académica ou técnica equivalente na área agrícola ou afins.

d. Formação para prestadores de serviços

As empresas de prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos estão sujeitas a requisitos adicionais, incluindo:

- Contratação de um técnico responsável com formação superior em ciências agrárias e aproveitamento em ação formativa específica (artigo 7.º da Lei);
- Aplicadores devidamente certificados, cumprindo os critérios do artigo 18.º da Lei;



- Equipamentos e instalações adequados, conforme regulamentação aplicável; e
- Contrato de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

Consequências do não cumprimento

A utilização de produtos fitofarmacêuticos sem formação habilitante pode levar a:

- Coimas e outras sanções legais;
- Impossibilidade de adquirir produtos fitofarmacêuticos de uso profissional; e
- Riscos graves para a saúde pública e para o ambiente, em caso de uso indevido.

Exceções e medidas transitórias

O Despacho n.º 39/G/2015 estabeleceu medidas transitórias para garantir a continuidade das atividades de utilizadores e empresas enquanto decorrem os processos de habilitação. Entre estas está a possibilidade de apresentação de documentos alternativos, como comprovativos de inscrição em formações ou certificados anteriores emitidos por entidades competentes, válidos até dezembro de 2017.

Conclusão

A formação obrigatória é essencial para promover práticas seguras e sustentáveis no uso de produtos fitofarmacêuticos. A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) desempenha um papel central na certificação e fiscalização destas formações, garantindo a conformidade com os requisitos legais e o cumprimento dos prazos estabelecidos. **PF**

ANDRÉ VALENTE MARTINS PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Setúbal é rico em espaços naturais. De que forma a autarquia tem trabalhado para os proteger, em particular face ao aumento do risco de incêndios devido às alterações climáticas?

Perto de 60% do território de Setúbal é área protegida ou sítio Rede Natura 2000, com particular destaque para o Parque Natural da Arrábida – uma área com risco de incêndio elevado, situação que se irá agravar com as alterações climáticas – e a Reserva Natural do estuário do Sado. Neste sentido, a grande preocupação do Município de Setúbal prende-se com a proteção dos valores naturais em presença, nomeadamente a floresta de maquis mediterrânico, assim como de vidas humanas.

Como é que o novo Plano Diretor Municipal (PDM) de Setúbal reforça essa proteção?

O PDM de Setúbal, recentemente publicado, é um dos primeiros PDM nacionais de base ecológica por, entre várias valências de sustentabilidade ambiental, refletir esta preocupação com a rede ecológica municipal, em particular na sua defesa e proteção.

Que medidas concretas tem a autarquia implementado no sentido de reduzir riscos e proteger o património natural?

O programa Arrábida Sem Carros, agora Arrábida O2, implementado desde 2018, contempla a restrição de circulação na estrada das praias da Arrábida no período balnear, para prevenção dos riscos, nomeadamente os associados ao socorro e prevenção de incêndios rurais e florestais, a par da promoção da utilização dos transportes públicos coletivos, da circulação em modos suaves e do desincentivo ao uso de transportes particulares. A aposta nos transportes públicos neste período é reforçada, como medida promotora da salvaguarda dos bens naturais e da biodiversidade. Outra medida importante foi a implementação na estrutura municipal, em 2019, do SRIFLOR - Serviço Municipal de Gestão de Combustíveis e Riscos Florestais, que tem como principais objetivos o planeamento e controlo das desmatações no município de Setúbal, em terrenos, estradas e caminhos municipais, a fim de reduzir o risco de incêndio e sua propagação. Importa realçar que a produção florestal no concelho está bastante concentrada no Parque Natural da Arrábida, área da responsabilidade do ICNF. **PF**

▼ Serviço Municipal de Gestão de Combustíveis e Riscos Florestais em ação na serra de São Luís, no Parque Natural da Arrábida.



FICHA TÉCNICA

Edição e coordenação: Direção de Comunicação e Marca / **Diretor:** Rui Pedro Batista

Paginação: McCann / **Conteúdos:** Key Message Comunicação Estratégica

Proprietário/Editor: The Navigator Company

Morada e sede da redação: Av. Fontes Pereira de Melo, 27, 1050-117 Lisboa

Impressão: Impresso em papel Inaset Plus Offset 110 g/m², tendo por base florestas com gestão responsável. Isenta de registo na ERC, ao abrigo do Dec. Reg. 8/99, de 9/6, art.º 12.º n.º 1-a). Depósito Legal n.º 0000/18

Periodicidade: Trimestral / **Tiragem:** 15 000 exemplares / **Gráfica:** Sprint

PUBLICAÇÃO GRATUITA



Em 2025, a Navigator foi novamente classificada como empresa de baixo risco para investidores e reconhecida pela Sustainalytics como uma ESG Industry Top Rated company.



**A UNIÃO FAZ
A FLORESTA.**

Torne-se membro e tenha acesso
a **benefícios exclusivos:**

Soluções de gestão que permitem a **redução dos custos operacionais;**
Disponibilização de **linhas de apoio à modernização;**
Dinamização de **fundos comunitários;**
Condições de financiamento bonificadas;
Centralização da informação.

**Junte-se aos mais de 400
profissionais do setor que já
confiam no Clube Produtores
Florestais Navigator.**

Conheça-nos em



Contacte-nos através do email:
clube@thenavigatorcompany.com

Visite-nos no nosso site:
clubeprodutoresflorestais.com

Fale connosco através do número:
933 480 023

Parceiro
PRODUTORES
FLORESTAIS



Quer que o seu negócio seja um Parceiro Produtores Florestais?
Saiba como através do e-mail: revista@produtoresflorestais.pt